



Número: **0838371-56.2019.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **14ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **12/07/2019**

Valor da causa: **R\$ 7.087,50**

Assuntos: **Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
DANIELA DA SILVA VIEGAS (AUTOR)	LUIS ANDRE DE SA E BENEVIDES ALBUQUERQUE (ADVOGADO) José Alberto de Sá e Benevides Albuquerque (ADVOGADO)
MAPFRE (REU)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
22676 223	12/07/2019 13:55	Petição Inicial	Petição Inicial
22676 240	12/07/2019 13:55	PETIÇÃO INICIAL DANIELA DA SILVA VIEGAS	Outros Documentos
22676 239	12/07/2019 13:55	Procuracao	Outros Documentos
22676 238	12/07/2019 13:55	BoletimOcorrencia	Outros Documentos
22676 236	12/07/2019 13:55	Comprovanteresidencia	Outros Documentos
22676 234	12/07/2019 13:55	DeclaracaoSAMU	Outros Documentos
22676 233	12/07/2019 13:55	DocumentosPessoais	Outros Documentos
22676 231	12/07/2019 13:55	fichaselaudosmedicos	Outros Documentos
22676 230	12/07/2019 13:55	laudoAvaliaçãoMedica	Outros Documentos
22676 228	12/07/2019 13:55	RaioXevolucaoMedica	Outros Documentos
22676 227	12/07/2019 13:55	relatoriocirurgia	Outros Documentos
22676 225	12/07/2019 13:55	SINISTRODaniela da Silva Viegas	Outros Documentos
24556 849	19/09/2019 19:41	Decisão	Decisão
25568 247	23/10/2019 15:04	Expediente	Expediente
25919 663	05/11/2019 11:38	Emenda a Inicial	Petição
30570 311	12/05/2020 19:52	Despacho	Despacho
32191 644	09/07/2020 12:40	Mandado	Mandado
32191 645	09/07/2020 12:40	Expediente	Expediente
34228 084	12/09/2020 17:48	MAPFRE	Diligência

****EM ANEXO PETIÇÃO INICIAL E DOCUMENTOS ****





**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ...
VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOÃO PESSOA –PB.**

DANIELA DA SILVA VIEGAS, brasileira, solteira, do lar, portadora do Rg de nº 3.905.111 2º via SSP/PB inscrita no CPF sob o nº 107.974.544.-03, residente e domiciliada no sítio Dona Helena S/N, Próximo ao Antigo Sítio do Galo, **Cidade CRUZ DO ESPIRITO SANTO, PB. CEP 58337-000 vem por advogados, adiante assinados, respeitosamente à presença de vossa Excelência, propor a presente:**

AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DE SEGURO DPVAT

Em face de: **MAPFRE SEGUROS GERAIS ,PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO**, inscrito sob **CNPJ nº 61.074.175/0082-01 com endereço na Avenida Epitácio Pessoa, nº723, Bairro dos Estados, João Pessoa PB CEP 58030-000**, onde deverá ser citada na pessoa de seu representante legal para, querendo, responder aos termos da presente demanda, sob pena de revelia e confissão pelos motivos fáticos e jurídicos a seguir:

RUA: RODRIGUES DE AQUINO Nº 310 SALA 3 CENTRO JOÃO PESSOA PB CEP 58013-030



1 – PRELIMINARMENTE

A Promovente é pobre e não tem condições financeiras de arcar com custas judiciais, sem prejuízo de seu sustento e da sua família. Assim Requer a este juízo os **Benefícios da Justiça Gratuita, de acordo com a Lei 1650/50, por ser o promovente pobre, na forma da Lei.**

2 – DOS FATOS

No dia 09/01/2019 por volta das 10:00hs , a Promovente estava trafegando próximo a Fazenda São Gonçalo no município de Santa Rita , a mesma vinha na garupa de uma moto de marca **HONDA /NXR 160 BROS ESD de cor vermelha ano 2015/2015 PLACA QFL3035/PB , CHASSIS nº 9C2KD0810FR445088.**

A referida Motocicleta de Propriedade do **SR. JOSÉ ROBERTO DA SILVA DOS SANTOS** e a mesma caiu da garupa , sendo socorrida para o Hospital de Trauma de João Pessoa – (Hospital Senador Huberto Lucena), onde foi feito Raio X do Quadril da coxa direita, bem como o resultado do Raio X evidenciou que a mesma tinha uma fratura subtrocanterica do Fêmur direito , realizado assim procedimento Cirurgião no dia 14/01/2019 onde teve alta Hospitalar no dia 16/01/2019.

A Promovente deu entrada no Seguro DPVAT administrativamente , entretanto, recebeu o valor (conforme doc em anexo). Em 17/06/2019 recebendo o valor de **R\$ 2.362,50(Dois Mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**, conforme SINISTRO Nº 3190364331 .

Assim pode-se verificar que o Promovente recebeu uma quantia menor do que está determinado na lei.

Desta forma, insatisfeito com pagamento a menor, entende o Promovente **que diante da gravidade de seu acidente e sua extensão, tem**

RUA: RODRIGUES DE AQUINO Nº 310 SALA 3 CENTRO JOÃO PESSOA PB CEP 58013-030



direito a requerer a diferença do valor do DPVAT sendo este no valor de 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

Ante ao exposto, recorrem ao Poder Judiciário para solução da lide, no sentido de receber o valor, estipulado em Lei Federal .

3. DA JURISPRUDÊNCIA

Torna-se claro que, quando existe pagamento em sede administrativa e discussão acerca do valor pago, faz-se necessária nova perícia para que possa no caso ser determinado de forma mais precisa e definitiva sobre a lesão no promovente assim como toda sua repercussão.

APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. DIFERENÇA. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. PERÍCIA MÉDICA. AUSÊNCIA. PROVA NECESSÁRIA. JULGAMENTO ANTECIPADO. SENTENÇA. CASSAÇÃO. É certo que para o ajuizamento da ação de cobrança de diferença de indenização de seguro obrigatório DPVAT não é necessária a apresentação, com a inicial, do laudo do IML, notadamente se a seguradora já reconheceu, parcialmente, o direito do autor, pagando-lhe o valor que entendia devido. Não obstante, para o julgamento da ação, é imprescindível a realização da perícia para se aferir o vero grau de invalidez do requerente, quando não haja nos autos outro meio de prova idônea que permita tal conclusão. A sentença, no caso, deve ser cassada em acolhimento à preliminar levantada de ofício, para a produção da prova.(TJ-MG - AC: 10433103214519001 MG, Relator: Luciano Pinto, Data de Julgamento: 09/05/2013, Câmaras Cíveis / 17ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 21/05/2013) (grifo nosso).

APELAÇÃO CÍVEL - COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - DIFERENÇA - PERÍCIA MÉDICA - AUSÊNCIA - PROVA NECESSÁRIA - JULGAMENTO ANTECIPADO - NÃO CABIMENTO - SENTENÇA - CASSAÇÃO. - Para o julgamento da ação de cobrança de diferença de indenização de seguro obrigatório DPVAT é imprescindível a realização de perícia para se aferir o vero grau de invalidez da parte

RUA: RODRIGUES DE AQUINO Nº 310 SALA 3 CENTRO JOÃO PESSOA PB CEP 58013-030



requerente, quando não haja nos autos outro meio de prova idônea que permita tal conclusão. - A sentença, no caso, deve ser cassada em acolhimento à preliminar levantada pelo autor para a produção da prova.(TJ-MG - AC: 10433120046597001 MG , Relator: Luciano Pinto, Data de Julgamento: 10/10/2013, Câmaras Cíveis / 17ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 22/10/2013)(grifo nosso).

APELAÇÃO CÍVEL - CONHECIMENTO PARCIAL - PLEITO RECURSAL DEFICIENTE - AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO FÁTICA OU JURÍDICA - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - DIFERENÇA/COMPLEMENTAÇÃO DE VALOR PAGO ADMINISTRATIVAMENTE - QUANTIFICAÇÃO DO GRAU DE INVALIDEZ - CORREÇÃO MONETÁRIA - DATA DO EVENTO DANOSO - ÔNUS SUCUMBENCIAIS DEVIDOS - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - VALOR FIXADO - MANUTENÇÃO. O pleito recursal desacompanhado de fundamentação fática ou jurídica não merece conhecimento. "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez." (Súmula 474). "A quantificação do grau de invalidez para a fixação do valor da indenização do seguro DPVAT é aplicável mesmo aos fatos ocorridos antes da vigência da Medida Provisória n. 451/2008, já que esta tão-somente regulamentou situação já prevista pela Lei n. 6.194/1974." (EDcl no AREsp 309855/SC, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma do STJ, j. 20/02/2014, DJe 05/03/2014). Se o pagamento da indenização, na via administrativa, não observou o grau de invalidez do beneficiário, deve ser julgado procedente seu pedido de pagamento da diferença/complementação do valor do seguro DPVAT. "Na ação de cobrança de indenização do seguro DPVAT o termo inicial da correção monetária é a data do evento danoso." (AgRg no AREsp 46024/PR, Rel. Min. Sidnei Beneti, Terceira Turma do STJ, j. 16/02/2012, DJe 12/03/2012). Restando evidente que a seguradora deu causa ao ajuizamento da ação ao não calcular e pagar, de forma devida, o valor do seguro DPVAT a que o beneficiário tinha direito, tendo, assim, sucumbido perante o pleito inicial, deve ela suportar os ônus da sucumbência. Tendo sido devidamente

RUA: RODRIGUES DE AQUINO Nº 310 SALA 3 CENTRO JOÃO PESSOA PB CEP 58013-030



observado o § 3º, do artigo 20, do Código de Processo Civil, para a fixação do valor dos honorários advocatícios, não há que se falar em sua redução. Recurso conhecido em parte e, na parte conhecida, não pro vido.(TJ-MG - AC: 10394120021347001 MG, Relator: Veiga de Oliveira, Data de Julgamento: 06/05/2014, Câmaras Cíveis / 10ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 16/05/2014)(grifo nosso).

3- DO DIREITO

LEI Nº. 6.194, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1974:

Dispõe sobre o seguro obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou sua carga, a pessoas transportadas ou não.

Artigo 5º - O pagamento da indenização será efetuado mediante a simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do Segurado.

a) Certidão de Óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova da qualidade Beneficiária – no caso de morte.

Artigo 7º A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por consórcio, constituindo obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei.

RUA: RODRIGUES DE AQUINO Nº 310 SALA 3 CENTRO JOÃO PESSOA PB CEP 58013-030



4 - DA TABELA INSERTA NA MPV 451

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-facial, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento da função vital	Percentuais das Perdas
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	
Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	70
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	25
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das Perdas
Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	

ANEXO

(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

DAS INDENIZAÇÕES

Art. 10. Os danos pessoais cobertos pelo Seguro DPVAT compreendem as indenizações por

RUA: RODRIGUES DE AQUINO Nº 310 SALA 3 CENTRO JOÃO PESSOA PB CEP 58013-030



morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, que serão pagas diretamente ao beneficiário, observados os valores previstos nas normas vigentes, por pessoa vitimada.

5- DOS PEDIDOS

1- A citação da Promovida no endereço acima declinado, para, querendo, responder aos temas da presente demanda, sob as penas impostas pela lei pertinente;

2- **PROTESTA e REQUER desde já**, provar o alegado por todos os meios admitidos em direito, requerendo todos, desde já, especialmente perícia no promovente.

3- Que seja condenada a promovida a pagar ao Promovente a importância de **R\$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) mais juros e correção monetária desde o acidente.**

4-Requer, os benefícios da Justiça Gratuita, de acordo com a Lei 1650/50, por ser o promovente pobre, na forma da Lei.

5-Requer, por fim, que seja a promovida condenada em verba de honorários de sucumbência no percentual **de 20% (vinte por cento), sobre o valor da causa, bem como todas as despesas processuais.**

6- Audiência de conciliação, caso seja interesse da promovida ou deste Juízo oferecer proposta de acordo, o que geralmente só ocorre depois da perícia judicial.

Dá-se a causa o valor de R\$ 7087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

RUA: RODRIGUES DE AQUINO N° 310 SALA 3 CENTRO JOÃO PESSOA PB CEP 58013-030



Nestes Termos,

Pede Deferimento.

João Pessoa , 01 de Julho de 2019

ALBERTO DE SÁ E BENEVIDES
OAB-PB 10.469/PB

ANDRÉ DE SÁ E BENEVIDES
OAB-PB 20.644/PB

RUA: RODRIGUES DE AQUINO N° 310 SALA 3 CENTRO JOÃO PESSOA PB CEP 58013-030





Sá e Benevides

ADVOCACIA

PROCURAÇÃO "AD-JUDICIA"

OUTORGANTE:(s)

Daniela da Silva dos Santos Brasileira, solteira, do lar,
portadora do Rg nº 3.905.111, 2ª via inscrita no CPF nº 107.
934.544-03, Residente no Sítio Dona Helena, S/N CASA, ÁREA
RURAL CRUZ DO ESPÍRITO SANTO PB-CEP 58337000.

OUTORGADOS: Procuração bastante que faz o outorgante acima qualificado e abaixo assinado pelo qual constitui como procurador e advogado o **Dr. LUIS ANDRÉ DE SÁ E BENEVIDES ALBUQUERQUE – OAB.20.644/PB** e **JOSE ALBERTO DE SA E BENEVIDES ALBUQUERQUE OAB 10469-PB**, ambos com escritório na Rua Rodrigues de Aquino, nº 310, sala 03, Centro de João Pessoa-PB, telefone 32229062, onde recebem intimações. Pelo presente instrumento particular de procuração, o outorgante nomeia e constitui os outorgados podendo os mesmos propor contra quem é de direito as ações competentes tanto no Juízo Cível e Criminal defendê-las nas contrárias no Juízo Cível e Criminal, Juizados Especiais Federais ou Estaduais, Fazenda Pública, e Seguindo umas e outras, até o final da decisão, usando recursos legais e acompanhado-as, receber citação inicial, valores, receber alvarás no Banco do Brasil, receber RPV (requisição de pequeno valor), dar quitação, confessar, contestar, recorrer, transigir, desistir, renunciar direitos, firmar compromissos, arguir suspeições, efetuar requerimentos administrativos, requerer e receber documentos médicos e prontuários, junto a órgãos estaduais e hospitais, federais e municipais, tais como Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena, Complexo Hospitalar de Mangabeira, podendo, inclusive, recorrer na esfera administrativa, revogar procurações e substabelecer, agindo em conjunto ou isoladamente, conferindo amplos poderes para foro em geral, em qualquer Juízo, na instância ou Tribunal, apresentar alegações finais, produzir provas, receber intimações e notificações, podendo ainda substabelecer com ou sem reserva de poderes, agindo em conjunto ou isoladamente, e tudo o mais que for necessário ao cumprimento fiel deste mandato.

Declara, ainda, nos termos do Art.1º da Lei nº. 7.115 580 de 29 de Agosto de 1993 (dispõe sobre a prova documental) e Lei 1060/50, para o fim de obtenção do benefício da JUSTIÇA GRATUITA, que é hipossuficiente financeiramente, e sua situação econômica não lhe permite arcar com custas processuais e honorários Advocatícios, sem prejuízo de seu próprio sustento e de sua família.

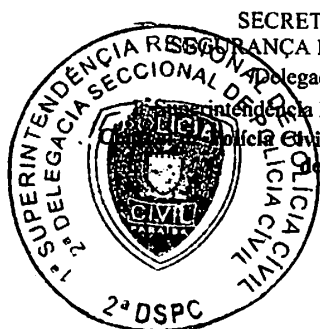
CONTRATO: É fixado o percentual dos honorários contratuais em 30%(trinta por cento) sobre o proveito econômico bruto a que tem direito o outorgante, independentemente dos honorários de sucumbência. Podendo o percentual contratado a título de honorários contratuais ser descontado da parte que cabe ao autor.

João Pessoa 20 de 06 de 2019

Daniela da Silva dos Santos

CPF: 107.974.544.-03.





SECRETARIA DE ESTADO DA
SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
Delegacia Geral da Polícia Civil
Delegacia Regional de Polícia Civil
Polícia Civil de João Pessoa - Setor
de Boletim de Ocorrência



**POLÍCIA
CIVIL**
PARAÍBA



**GOVERNO
DA PARAÍBA**
Secretaria de Estado da
Segurança e da Defesa Social

CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Nº 04190.01.2019.1.00.401

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 04190.01.2019.1.00.401, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 08:37 horas do dia 17 de abril de 2019, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Central de Polícia Civil de João Pessoa - Setor de Boletim de Ocorrência, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Roberta Gouvêa Neiva, matrícula 1560913, e lavrado por Gerusa Cavalcante Nogueira, Agente de Investigação, matrícula 1273396, ao final assinado, compareceu **Daniela da Silva dos Santos**, CPF nº 107.974.544-03, nacionalidade brasileira, estado civil solteiro(a), profissão Do Lar, filho(a) de Angela Maria da Silva e Marcos Antonio Viegas, natural de Santa Rita/PB, nascido(a) em 10/01/1993 (26 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Sítio Dona Helena, Nº S/N, tendo como ponto de referência Próximo Ao Antigo Sítio de Galo, na cidade de Cruz do Espírito Santo/PB, telefone(s) para contato (83) 98166-4372.

Dados do(s) Fatos:

Local: Próximo a Fazenda São Gonçalo- Município de Santa Rita, Santa Rita/PB, bairro [indeterminado]; Tipo do Local: via fora do perímetro urbano (rodovia, estrada, etc); Data/Hora: 09/01/19 10:00h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **LESÃO ACIDENTAL DE TRÂNSITO**.

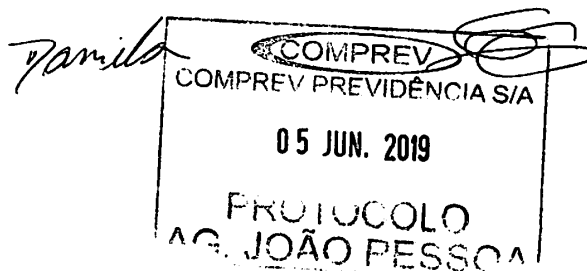
E NOTIFICOU O SEGUINTE:

QUE NO DIA 09/01/2019, POR VOLTA DAS 10:00 HORAS, ESTAVA TRAFEGANDO PRÓXIMO A FAZENDA SÃO GONÇALO, NO MUNICÍPIO DE SANTA RITA, NA GARUPA DE UMA MOTO DE MARCA-HONDA/NXR160 BROS ESDD, DE COR-VERMELHA, ANO-2015/2015, PLACA-QFL3035/PB, DE PROPRIEDADE DO SRº JOSÉ ROBERTO DA SILVA SANTOS, QUANDO CAIU DA MOTO, SOCORRIDA POR UMA EQUIPE DO SAMU, ENCAMINHADA AO HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA, ONDE FOI FEITO RX DO QUADRIL, COXA DIREITA, RESULTADO DO RX, EVIDENCIOU FRATURA SUBTROCANTERICA DO FÊMUR DIREITO, REALIZADO PROCEDIMENTO CIRURGIÃO NO DIA 14/01/2019, COM ALTA HOSPITALAR NO DIA 16/01/2019.

ADENDO(S):

Que na data 17/04/2019, à(s) 09:03 horas, na Central de Polícia Civil de João Pessoa - Setor de Boletim de Ocorrência, sob a responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Roberta Gouvêa Neiva, matrícula 1560913, compareceu o(a) noticiante para realizar o seguinte adendo: QUE O CHASSI DA REFERIDA MOTO É: 9C2KD0810FR445088.. Adendo registrado por: Gerusa Cavalcante Nogueira, Agente de Investigação, matrícula: 1273396.

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expeço a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.



GERUSA CAVALCANTE NOGUEIRA
Agente de Investigação

DANIELA DA SILVA DOS SANTOS
Noticiante

João Pessoa/PB, 17 de abril de 2019.

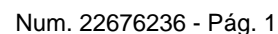
GOVERNO
DA PARAIBA
Secretaria de Estado da
Segurança e da Defesa Social

P A R A I B A
POLÍCIA
CIVIL



SECRETARIA DE ESTADO DA
SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
Delegacia Geral da Polícia Civil
1ª Superintendência Regional de Polícia Civil
Central de Polícia Civil de João Pessoa - Setor
de Boletim de Ocorrência





05 JUN. 2019
COMPREV
COMPREV PREVENZIONE SIA



**SAMU
192**

REGIONAL JOÃO PESSOA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA
SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA - SAME**



**SAMU
192**

REGIONAL JOÃO PESSOA

CNPJ 03.806.754/0015-40
SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA
Av. Diógenes Chianca, 1777
Água Fria - CEP 58053-900
João Pessoa - PB

DECLARAÇÃO

O SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA, inscrito sob CNPJ: 08.806.754/0015-40, atendendo o requerimento nº 901/077, **DECLARA** para os devidos fins, que consta em nossos registros, sob protocolo: 2315723, o atendimento pré-hospitalar realizado pela referida instituição ao paciente **DANIELA DA SILVA VIEGAS** idade 26 anos, vítima de Acidente de Trânsito (Queda de Moto) no dia 09/01/2019, prox. a Fazenda São Gonçalo - Santa Rita - aproximadamente às 10:00 horas, sendo o mesmo encaminhado ao Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

João Pessoa, 23 de Janeiro de 2019.

Jefferson da Rocha Augusto

Estatístico

CRE/5ª Região: 10171

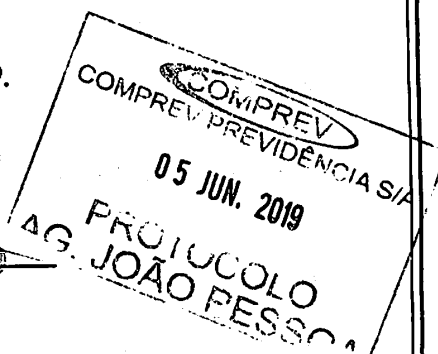
SAMU 192 JP

Jefferson da Rocha Augusto

Matrícula: 67.155-6

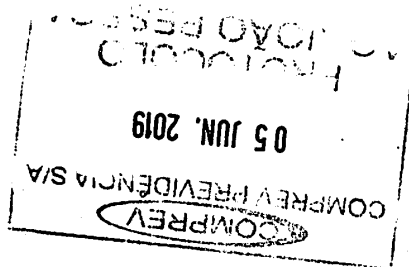
Coordenação do SAME

SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA



Rua: Diógenes Chianca, 1777 - Água Fria - CEP: 58053-900 - João Pessoa - PB
Fone SAME: (83) 3218.9242; 3218.9125





CRUZ DO ESPÍRITO SANTO/PB
Município/UF
JUIZ ELEITORAL
22/05/2017
DATA DE NASCIMENTO 10/01/1993
RG 003 0024
0417 7877 1201
DANIELA DA SILVA DOS SANTOS
NOME DO ELEITOR
TÍTULO ELEITORAL
IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
18/01/2019
DATA DE NASCIMENTO
10/01/1993
NOME DANIELA DA SILVA DOS SANTOS
CPF 3.908.111
-2 VIA EXERCÍCIO
FILIAÇÃO MARCOS ANTONIO VIEGAS
ANGELA MARIA DA SILVA
NATURALIDADE SANTA RITA-PB
BOO ORDEM CASAM N. 1855 RLS. 37 LIV. 08
CARTÓRIO CRUZ ESP. SANTO-PB
CPF 107.974.544-03
LEI Nº 13.127/2006

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
V-02
P-156
CARTERA DE IDENTIDADE
ASSIMILADA CONTRA-1
DANIELA DA SILVA DOS SANTOS





FUNDAÇÃO GOVERNADOR FLÁVIO RIBEIRO COUTINHO

Hospital e Maternidade Governador Flávio Ribeiro Coutinho
CGC nº 09.433.715/0001-02 - Praça Flávio Ribeiro, nº 202, Santa Rita - Paraíba

SERVIÇO DE RAO X

NOME: DANIELA DA SILVA DOS SANTOS
CONVÊNIO: PARTICULAR
ATEND: 453377
IDADE: 26 anos
DATA: 17/04/2019

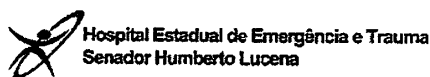
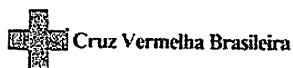
RAIO X DO FEMUR DIREITO EM AP E P

- Superfície articulares íntegras com espaços conservados;
- Placa e parafusos no fêmur;
- Partes moles sem alterações.



Dr. Lamartins S. Neves
CRM 3892 PB





AV. ORESTES LISBOA, S/n - PEDRO GONDIM
CNES: 445365 - Tel.: 8332165700

Impresso por: EDSON
DELGADO TINOCO
Em: 10/01/2019 10:43:26

Nome DANIELA DA SILVA VIEGAS		Boletim de Atendimento 1134685	Data/Hora Entrada 09/01/2019 11:17:43	Data/Hora Saída
Data de nascimento 10/01/1993	Idade 25	Sexo Feminino	CNS 704306531932893	Prontuário 113345
Tempo de Internação		Convênio SUS	Plantão DIURNO	
Data de Entrada 09/01/2019 11:17:43	Data Internação 09/01/2019 12:29:16	Permanência na Unidade: 23h 26min	Permanência no Leito: 22h 14min	

EVOLUÇÃO MEDICA (EDSON DELGADO TINOCO - 10/01/2019 10:43:05)

EVOLUÇÃO

PROCEDIMENTO:

DESCRIÇÃO DA EVOLUÇÃO:

ORTOPEDIA

#FRATURA SUBTROCANTÉRICA DIREITA

EXAMES OK (LEUCOCITOSE 16000)

CD: INICIO CEFTRIAXONE + AGUARDA PROGRAMAÇÃO CIRURGICA

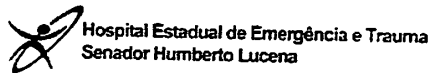
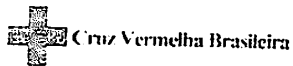
OPM: DCS LONGO

Seção: AREA LARANJA - UDC A Leito: LEITO EXTRA 01
Profissional responsável pela informação: EDSON DELGADO TINOCO

Número Conselho: 7142

Dr. Edson D. Tinoco
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA
Cirurgia de Mão e Microcirurgia
Cirurgia 7142





INTERNO, S/N -
CNES: 454548 - Tel.:

Impresso por: VICTOR SA
DE SOUZA
Em: 15/01/2019 18:41:42

Nome DANIELA DA SILVA VIEGAS		Boletim de Atendimento 1134685	Data/Hora Entrada 09/01/2019 11:17:43	Data/Hora Saída
Data de nascimento 10/01/1993	Idade 25	Sexo Feminino	CNS 704306531932893	Prontuário 113345
Tempo de Internação		Convênio SUS	Plantão DIURNO	
Data de Entrada 09/01/2019 11:17:43	Data Internação 09/01/2019 12:29:16	Permanência na Unidade: 6d 7h 24min	Permanência no Leito: 5d 35min	

FISIOTERAPÊUTICA (VICTOR SA DE SOUZA - 15/01/2019 15:22:54)

ESTADO GERAL

EVOLUÇÃO: REGULAR

NÍVEL DE CONSCIÊNCIA

EVOLUÇÃO: CONSCIENTE, ACORDADO, ORIENTADO, CONTACTUANTE

AValiação RESPIRATÓRIA

PADRÃO RESPIRATÓRIO: APICAL

EVOLUÇÃO:

EXPANSIBILIDADE: NORMAL

CONDIÇÃO RESPIRATÓRIA: EUPNEIA

SUPORTE VENTILATÓRIO

RESPIRANDO EM: AR AMBIENTE

AValiação MOTORA

DIMINuíDA: MID

INSPEÇÃO: EDEMA

EVOLUÇÃO:

SEGM.(S): MID

CONDUTA

EVOLUÇÃO: POSICIONAMENTO TERAPÊUTICO, ALOngAMENTO DE EXTREMIDADES, EXERCÍCIOS METABÓLICOS, ORIENTAÇÕES GERAIS

OUTROS: Reeducação diafragmática

OBSERVAÇÕES:

Paciente em 1º DPO.

Perfusão periférica preservada.

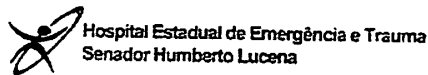
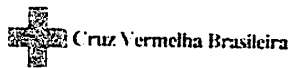
Seção: HTOP - ENF 10 Leito: 0001

Profissional responsável pela informação: VICTOR SA DE SOUZA

Número Conselho: 87570

Victor Sa de Souza
Victor Sa de Souza
Fisioterapeuta
CRF 87570 - F





INTERNO, S/N -
CNES: 454548 - Tel.:

Impresso por: WANDRA
SANDRINE SILVA DE BRITO
Em: 13/01/2019 14:24:09

Nome DANIELA DA SILVA VIEGAS		Boletim de Atendimento 1134685	Data/Hora Entrada 09/01/2019 11:17:43	Data/Hora Saída
Data de nascimento 10/01/1993	Idade 25	Sexo Feminino	CNS 704306531932893	Prontuário 113345
Tempo de Internação		Convênio SUS	Plantão DIURNO	
Data de Entrada 09/01/2019 11:17:43	Data Internação 09/01/2019 12:29:16	Permanência na Unidade: 4d 3h 7min	Permanência no Leito: 2d 20h 18min	

FISIOTERAPÊUTICA (WANDRA SANDRINE SILVA DE BRITO - 13/01/2019 14:23:11)

ESTADO GERAL

EVOLUÇÃO

EVOLUÇÃO: REGULAR

NÍVEL DE CONSCIÊNCIA

EVOLUÇÃO: CONSCIENTE, ACORDADO, ORIENTADO, CONTACTUANTE, COLABORATIVO

AValiação RESPIRATÓRIA

PADRÃO RESPIRATÓRIO: MISTO

DRIVE: PRESENTE

EVOLUÇÃO:

CONDIÇÃO RESPIRATÓRIA: EUPNEIA

SUPORTE VENTILATÓRIO

RESPIRANDO EM: AR AMBIENTE

AValiação MOTORA

DIMINUÍDA: MID

INSPEÇÃO: EDEMA

EVOLUÇÃO:

SEGM.(S): MID

CONDUTA

EVOLUÇÃO: TERAPIA DE EXPANSÃO PULMONAR ATIVA, ALONGAMENTO DE EXTREMIDADES, EXERCÍCIOS METABÓLICOS, EXERCÍCIOS ATIVO-ASSISTIDOS DE MEMBROS SUPERIORES E/OU MEMBROS INFERIORES, ORIENTAÇÕES GERAIS

OUTROS: Exercício respiratório associado aos MMSS

Seção: HTOP - ENF 10 Leito: 0001

Profissional responsável pela informação: WANDRA SANDRINE SILVA DE BRITO

Número Conselho: 210123

Wandra Sandrine Silva de Brito,
Fisioterapeuta



INTERNO, S/N -
CNEB: 454548 - Tel.:

Impresso por: ERIKA
CRISTINE MACIEL ANDRIOLA
Em: 12/01/2019 12:39:04

Nome DANIELA DA SILVA VIEGAS		Data de nascimento 10/01/1993		Tempo de Internação		Data de Entrada 09/01/2019 11:17:43	
Idade 25		Sexo Feminino		Convênio SUS		Data Internação 09/01/2019 12:29:16	
Boleim de Atendimento 1134685		Data/Hora Entrada 09/01/2019 11:17:43		CNS 704306531932893		Permanência na Unidade: 3d 1h 22min	
Data/Hora Saída		Prontuário 113345		Plantão DIURNO		Permanência no Leito: 1d 18h 33min	

FISIOTERAPÉUTICA (ERIKA CRISTINE MACIEL ANDRIOLA - 12/01/2019 12:38:44)

ESTADO GERAL

EVOLUÇÃO: REGULAR

NIVEL DE CONSCIÊNCIA

EVOLUÇÃO: CONSCIENTE , ACORDADO , ORIENTADO , COLABORATIVO

AVALIAÇÃO RESPIRATORIA

PADRAO RESPIRATORIO: MISTO

DRIVE: PRESENTE

EVOLUÇÃO:

CONDIÇÃO RESPIRATÓRIA: EUPNEIA

SUPORTE VENTILATÓRIO

RESPIRANDO EM: AR AMBIENTE

AVALIAÇÃO MOTORA

DIMINUIDA: MID

INSPEÇÃO: EDEMA

EVOLUÇÃO:

CONDUCTA

GERAIS

OUTROS: Exercício respiratório associado aos MMS

Segao: HTOP - ENF 10 Leito: 0001

Profissional responsável pela informação: ERIKA CRISTINE MACIEL ANDRIOLA

Número Conselho: 108943

Erika Christine M. Anderson
FISHERMAN
REF ID: A854



SUS	Sistema Único de Saúde	Ministério da Saúde	LAUDO PARA SOLICITAÇÃO/AUTORIZAÇÃO DE MUDANÇA DE PROCEDIMENTO E DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)	Folha 1/2
------------	------------------------	---------------------	---	-----------

Identificação do Estabelecimento de Saúde		2 - CNES	
1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE		2 5 9 3 2 6 2	
HOSPITAL ESTADUAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SEN. HUMBERTO LUCENA			
3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE		4 - CNES	
HEETS II			


Identificação do Paciente		8 - Nº DO PRONTUÁRIO	
5 - NOME DO PACIENTE		1134685	
7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)		9 - SEXO	
		Masc. <input type="checkbox"/> 1 Fem. <input checked="" type="checkbox"/> 3	
8 - DATA DE NASCIMENTO		10 - RAÇA/COR	
11 - NOME DA MÃE		12 - TELEFONE DE CONTATO Nº DO TELEFONE	
		DDD	
13 - NOME DO RESPONSÁVEL		14 - TELEFONE DE CONTATO Nº DO TELEFONE	
		DDD	
15 - ENDEREÇO (RLA, Nº, BAIRRO)			
16 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA		17 - Cód. IBGE MUNICÍPIO	
		18 - UF	
		19 - CEP	

20 - NÚMERO DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR (AIH)			

MUDANÇA DE PROCEDIMENTO			
21 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - ANTERIOR		22 - Cód. DO PROCEDIMENTO - ANTERIOR	
23 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - MUDANÇA		24 - Cód. DO PROCEDIMENTO - MUDANÇA	
25 - DIAGNÓSTICO INICIAL	26 - CID 10 PRINCIPAL	27 - CID 10 SECUNDÁRIO	28 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS

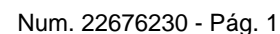
SOLICITAÇÃO DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)			
29 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO PRINCIPAL		30 - Cód. DO PROCEDIMENTO PRINCIPAL	
31 - SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA DE UTI E/OU DIÁRIA DE ACOMPANHANTE			
DIÁRIA DE ACOMPANHANTE	DIÁRIA DE UTI TIPO I	DIÁRIA DE UTI TIPO II	DIÁRIA DE UTI TIPO III
32 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	33 - Cód. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	34 - QTDE.	
35 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	36 - Cód. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	37 - QTDE.	
38 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	39 - Cód. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	40 - QTDE.	

41 - JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO	
<p>CP DHS - DCS TMC</p> <p>01 placa DCS 14 furas</p> <p>01 fimo deslizante 50</p> <p>05 paraf. cort. (3, 34) (1-40) e (1-46)</p> <p>02 fios de Kirschner (2.0) usados como guia.</p>	

PROFISSIONAL SOLICITANTE		43 - DATA DA SOLICITAÇÃO	
42 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE		14/01/19	
44 - DOCUMENTO		45 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE	
() CNS () CPF			
46 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)			
 Mariana Aren Dan. 35 MÉDICA CRM 8491			

AUTORIZAÇÃO			
47 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR		48 - Cód. ÓRGÃO EMISSOR	
49 - DOCUMENTO		50 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE	
() CNS () CPF			
51 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)		52 - DATA DA AUTORIZAÇÃO	







LAUDO MÉDICO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE DANIELA DA SILVA VIEGAS

DATA DE NASCIMENTO 10/01/93

NOME DA MÃE ANGELA MARIA DA SILVA

DADOS EXTRAÍDOS DO PRONTUÁRIO

PRONTUÁRIO N.º 113345

BOLETIM DE ENTRADA N.º 1134685

DATA DO ATENDIMENTO 09/01/19

HORA DO ATENDIMENTO 11:17

MOTIVO DO ATENDIMENTO ACIDENTE DE MOTOCICLETA

DIAGNÓSTICO (S) FRATURA SUBTROCANTERICA DO FÊMUR DIR.

CID 10 S72.2

AVALIAÇÃO INICIAL:

PACIENTE DEU ENTRADA NESTE SERVIÇO, REFERINDO DOR NA COXA DIREITA. AVALIADO PELA CIRURGIA GERAL, ORTOPEDIA

EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

RX DO QUADRIL, COXA DIREITA

RESULTADOS DOS EXAMES:

RX - FRATURA SUBTROCANTERICA DO FÊMUR DIREITO

TRATAMENTO:

TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA SUBTROCANTERICA DO FÊMUR DIR

ALTA HOSPITALAR: 16/01/19

DATA DA EMISSÃO: 03/04/19

Elivaldo Sales de Toledo
Cirurgião Geral
CVB/HEETSHL
CRM 1873/PB

DR. ELIVALDO SALES DE TOLÊDO
CRM: 1873/PB

ATENÇÃO: Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO





Hospital Estadual de Emergência e Trauma
Senador Humberto Lucena



GOVERNO
DA PARAÍBA

AV. ORESTES LISBOA, sn - PEDRO GONDIM - CNES: 123312 - Tel.: 8332165700

Boletim de Atendimento: 1134685



Identificação do paciente			
ID 1364435	Nome DANIELA DA SILVA VIEGAS	Sexo Feminino	Prontuário
Data de nascimento 10/01/1993	Idade 25 anos 11 meses 30 dias	Estado civil	Religião
Mãe ANGELA MARIA DA SILVA	Pai MARCOS ANTONIO VIEGAS		
Escolaridade	Responsável (Parentesco) ANGELA MARIA DA SILVA - MAE		
DDD Móvel 83	Fone Móvel 981249066	DDD Fixo	Fone Fixo
Tipo documento RG (IDENTIDADE)	Número documento 3905111	Nº Cns 704306531932893	
Local de procedência SANTA RITA		Tipo MUNICIPIO	UF PB
Email	Naturalidade SANTA RITA	CBO/R	
Endereço			
CEP 58303435	Município de residência SANTA RITA	UF PB	Logradouro DAVID NASSER
Número SN	Complemento FAZENDA SAO GONCALO	Bairro MUNICIPIOS	
Admissão			
Data e Hora 09/01/2019 11:17:43	Número da pulseira 1100000715895	Convênio SUS	
Especialidade CIRURGIA GERAL	Clinica	Origem do paciente RUA	
Classificação de risco		Detalhe do acidente QUEDA / OUTROS	
Caráter de atendimento	Motivo do atendimento ACIDENTE DE MOTOCICLETA		
Indicadores e Transporte			
Caso policial Não	Plano de saúde Não	Veio de ambulância Não	Trauma Não
Meio de transporte SAMU	Quem transportou		
Sinais Vitais			
PA x mmHg	Pulso	Temperatura	
Exames complementares			
Raio X []	Sangue []	Urina []	TC []
			Liquor []
			ECG []
			Ultrasonografia []
Dados clínicos 09/01/19 Paciente deu entrada neste setor trazido pela SAMU vítima de acidente de moto, no momento cons- ciente e orientado. Encomenda do COE			
Diagnóstico			
Atendido por MARNIELE JANAINA DA COSTA GAMA			

Imprimir

Clinica de Emergência
Especialidade
CBO: 3101.01015

09/01/2019 11:15





PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA
SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA



FICHA DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR

Data: 09/01/19	ID da Ocorrência: 231572	<input checked="" type="checkbox"/> USB <input type="checkbox"/> USA <input type="checkbox"/> MT	Nº / Equipe: 10	Plantão: <input checked="" type="checkbox"/> Dia <input type="checkbox"/> Noite	Hora de Saída da Base: 10:28 Hs	Hora de Chegada no Local: 10:28 Hs
Paciente / Usuário: Danilo da Silva da Silva			Idade: 26	Sexo: <input type="checkbox"/> Masc <input checked="" type="checkbox"/> Fem	Telefone:	
Local da Ocorrência: <input type="checkbox"/> João Pessoa <input type="checkbox"/> Santa Rita <input type="checkbox"/> Bayeux <input type="checkbox"/> Cabedelo <input type="checkbox"/> Conde <input checked="" type="checkbox"/> Outro: Casa do Sr. Roberto						
Logradouro: Rua da Igreja Velha			Bairro:	Médico Regulador: Raimundo		
Quantidade de vítima(s) no local: <input type="checkbox"/> Uma <input type="checkbox"/> Duas <input type="checkbox"/> Três <input type="checkbox"/> Mais de três:						
Apoio no Local: <input type="checkbox"/> USB <input type="checkbox"/> USA <input type="checkbox"/> Resgate / Bombeiros <input type="checkbox"/> PM <input type="checkbox"/> Resgate PRF <input type="checkbox"/> BPTRAN <input type="checkbox"/> Outro:						
QTA: <input type="checkbox"/> Socorrido por Terceiros <input type="checkbox"/> Socorrido pelos Bombeiros <input type="checkbox"/> Evadiu-se do Local <input type="checkbox"/> Trote <input type="checkbox"/> Outro:						
DESTINO DO PACIENTE: <input type="checkbox"/> Atendido no Local e Liberado <input type="checkbox"/> Encaminhado a Unidade Hospitalar <input type="checkbox"/> Óbito no Local <input type="checkbox"/> Óbito Durante o atendimento						
Destino (Unidade Hospitalar):				Responsável a Função (Assinatura e Carimbo):		

NATUREZA DA OCORRÊNCIA

<input checked="" type="checkbox"/> CLÍNICO <input type="checkbox"/> PSIQUIÁTRICO <input type="checkbox"/> GINECO-OBSTÉTRICO	<input type="checkbox"/> TRANSFERÊNCIA
Local: 1100	Hospital de Origem:
CAUSAS EXTERNAS	Responsável:
Accidente de Trânsito	Hospital de Destino:
<input type="checkbox"/> Colisão carro x moto	Responsável:
<input checked="" type="checkbox"/> Queda de moto	
<input type="checkbox"/> Atropelamento por:	
<input type="checkbox"/> Colisão carro x carro	
<input type="checkbox"/> Capotamento	
<input type="checkbox"/> Outro:	
<input type="checkbox"/> F.A.F.	ANTECEDENTES
<input type="checkbox"/> F.A.B.	<input type="checkbox"/> AIDS
<input type="checkbox"/> Agressão Física	<input type="checkbox"/> Alcoolismo
<input type="checkbox"/> Afogamento	<input type="checkbox"/> AVC
<input type="checkbox"/> Queda - Altura aproximada:	<input type="checkbox"/> Convulsões
<input type="checkbox"/> Soterramento / Desabamento	<input type="checkbox"/> Diabetes
<input type="checkbox"/> Choque Elétrico	<input type="checkbox"/> Doença Cardíaca
<input type="checkbox"/> Outro:	<input type="checkbox"/> Doença Infecto-contagiosa
	<input type="checkbox"/> Doença Mental
	<input type="checkbox"/> Doença Renal
	<input type="checkbox"/> Droga
	<input type="checkbox"/> Hipertensão Arterial
	<input type="checkbox"/> Internamentos Anteriores
	<input type="checkbox"/> Problemas Respiratórios
	<input type="checkbox"/> Medicamentos de uso Contínuo
	Quais?

1. DADOS VITAIS	FC: 50	FR: 18	HGT: 1,70	SpO2 - S/O2: 98%	SpO2 - C/O2:
-----------------	--------	--------	-----------	------------------	--------------

EXAME CLÍNICO (SINTOMAS, QUEIXAS) - EVOLUÇÃO DO TÉCNICO EM ENFERMAGEM OU EVOLUÇÃO MÉDICA
SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM:
Diagnósticos de Enfermagem: lesão de pele
Intervenções: SUT + AUV + IPI
Evolução do Enfermeiro: paciente em boas condições, sem dor, sem febre, sem sinais de infecção.
ORIENTAÇÃO DA REGULAÇÃO MÉDICA: AFM encaminhado para o trauma da UPA



AREA VERMELHA

Endereço: AV. ORESTES LISBOA, S/N, PEDRO GONDIM, JOAO PESSOA - PB, 58031090

Tel:

CNES: 6121221

Paciente DANIELA DA SILVA VIEGAS	BAE 1134685	Data/Hora Entrada 09/01/2019 11:17:43	Data Baixa
Data de nascimento 10/01/1993	Idade 25a 11m 30d	Sexo Feminino	CNS 704306531932893
Mão ANGELA MARIA DA SILVA			Telefone de Contato (83) 981249066
Endereço DAVID NASSER, SN - FAZENDA SAO GONCALO	Beiró MUNICÍPIOS	Município SANTA RITA	UF PB
Acidente QUEDA / OUTROS	Motivo ACIDENTE DE MOTOCICLETA	Profissional DANIEL CONSERVA ARRUDA	Nº Cons. Regional 11134/PB
Data/Hora Classificação 09/01/2019 11:17:43		Data/Hora Prescrição 09/01/2019 12:14:14	

Anamnese
#ortopedia

PACIENTE VITIMA DE ACIDENTE DE MOTO,
EVOLUI COM DOR EM COXA DIREITA
RX COM FRATURA DE FEMUR DIREITO
NEUROVASCULAR PRESERVADO

CD:
INTERNAMENTO

DIETA
DIETA LIVRE, VIA ORAL

MEDICAÇÃO

AGUA DESTILADA 10ML (AMPOLA), ADMINISTRAR 10,0 ML VIA E.V., 6/6H
Diluir

DIPIRONA 500 MG/ML (AMPOLA 2ML), DILUIR 2,0 ML

AGUA DESTILADA 10ML (AMPOLA), ADMINISTRAR 10,0 ML VIA E.V., 8/8H
Diluir

ONDANSETRONA 8MG/4ML (AMPOLA 4ML), ADMINISTRAR 4,0 ML VIA E.V., 8/8H

CAPTAPRIL 25 MG COMPRIMIDO, ADMINISTRAR 25,0 MG VIA ORAL, ACM, SE NECESSÁRIO SE PAS > 160 OU PAD > 110 (DOSE MÁXIMA DIÁRIA: 50,0) (OBSERVAÇÕES: SE PAS > 160 OU PAD > 110)

SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 0,9% (FRASCO 500ML), ADMINISTRAR 200,0 ML VIA E.V., 24H

OMEPRAZOL 20MG CÁPSULA, ADMINISTRAR 20,0 MG VIA ORAL, 1X AO DIA, (OBSERVAÇÕES: PELA MANHA, EM JEJUM)

SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 0,9% (FRASCO 100ML), ADMINISTRAR 100,0 ML VIA E.V., 8/8H
Diluir

TRAMADOL 50MG /ML INJETAVEL (AMPOLA 2ML), ADMINISTRAR 2,0 ML VIA E.V., 8/8H

SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 0,9% (FRASCO 100ML), ADMINISTRAR 100,0 ML VIA E.V., 12/12H
Diluir

CETOPROFENO 100 MG (FRASCO/AMPOLA), ADMINISTRAR 100,0 MG VIA E.V., 12/12H

GLICOSE 50% (AMPOLA) - SOLÚVEL, ADMINISTRAR 30,0 ML VIA E.V., ACM, SE NECESSÁRIO SE HGT<60 (DOSE MÁXIMA DIÁRIA: 30,0) (OBSERVAÇÕES: SE HGT<60)

HEPARINA SODICA 5.000UI/0,25ML (AMPOLA 0,25 A 0,30ML) - ALTO RISCO, ADMINISTRAR 0,25 ML VIA S.C., 12/12H, 0,0 (MG/TSM)

CUIDADOS

CURATIVO, (OBSERVAÇÕES: DIÁRIO)

HGT 6/6HS

FISIOTERAPIA RESPIRATÓRIO E MOTORA

INSULINA REGULAR CONFORME HGT, (OBSERVAÇÕES: E PROTOCOLO HOSPITALAR)

SSVV + CCGG

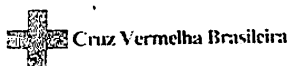
EXAME LABORATORIAL

COAGULOGRAMA COMPLETO

CREATININA

Boletim de Saúde do Paciente DANIELA DA SILVA VIEGAS em 09/01/2019 11:16:10





Hospital Estadual de Emergência e Trauma
Senador Humberto Lucena



GOVERNO
DA PARAÍBA

SALA DE OBSERVAÇÃO ÁREA VERDE

Endereço: AV. ORESTES LISBOA, S/N, PEDRO GONDIM, JOAO PESSOA - PB, 58031090

Tel: 32165700

CNES: 2778696

Paciente DANIELA DA SILVA VIEGAS		BAE 1134685	Data/Hora Entrada 09/01/2019 11:17:43	Data Baixa
Data de nascimento 10/01/1993	Idade 25a 11m 30d	Sexo Feminino	CNS 704306531932893	Telefone de Contato (83) 981249066
Mãe ANGELA MARIA DA SILVA				Prontuário
Endereço DAVID NASSER, SN - FAZENDA SAO GONCALO		Bairro MUNICÍPIOS	Município SANTA RITA	UF PB
Acidente QUEDA / OUTROS	Motivo ACIDENTE DE MOTOCICLETA	Profissional MARCOS ANTONIO CAVALCANTE FURTADO		Nº Cons. Regional 2882/PB
Data/Hora Classificação 09/01/2019 11:17:43		Data/Hora Prescrição 09/01/2019 11:28:44		
Anamnese PACIENTE VITIMA DE QUEDA DE MOTO APRESENTA DOR INTENSA NA COXA D, TORAX E ABDOMEN SEM FIEIXAS. CONDUTA: RX DE COXA D PA P + PARECER DA ORTOPEDA + ALTA DA CIRURGIA GERAL				
AME DE IMAGEM RADIOGRAFIA DE COXA DIREITA				
CID10				
Código	Descrição			
T14.9	Traumatismo não especificado			
Conduta Em observação				

DANIELA DA SILVA VIEGAS

MARCOS ANTONIO CAVALCANTE FURTADO
(: 2882/PB)

Boletim registrado por: MARNIELE JANAINA DA COSTA GAMA em 09/01/2019 11:18:16



GLICOSE
HEMOGRAMA COMPLETO
TGO (ASPARTATO AMINOTRANFERASE/AST)
TGP (ALANINA AMINOTRANFERASE/ALT)
IONOGRAMA
UREIA
EXAME DE IMAGEM
RADIOGRAFIA DE BACIA
Conduta
Internar Paciente

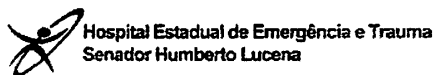
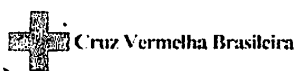
Daniel Conserva Arruda
 MEDICO
 CRM: 11134/PB

 DANIELA DA SILVA VIEGAS

 DANIEL CONSERVA ARRUDA
 (CRM: 11134/PB)

✓





AV. ORESTES LISBOA, S/n - PEDRO GONDIM
CNES: 445365 - Tel.: 8332165700

Impresso por: LAIANA
KAREN DANTAS BARRETO
Em: 14/01/2019 15:28:18

Nome DANIELA DA SILVA VIEGAS	Boletim de Atendimento 1134685	Data/Hora Entrada 09/01/2019 11:17:43	Data/Hora Saída
Data de nascimento 10/01/1993	Idade 25	Sexo Feminino	CNS 704306531932893
Tempo de Internação	Convênio SUS	Plantão DIURNO	Prontuário 113345
Data de Entrada 09/01/2019 11:17:43	Data Internação 09/01/2019 12:29:16	Permanência na Unidade: 5d 4h 11min	Permanência no Leito: 3d 21h 22min

EVOLUÇÃO MEDICA (LAIANA KAREN DANTAS BARRETO - 14/01/2019 15:28:07)

EVOLUÇÃO

PROCEDIMENTO:

DESCRIÇÃO DA EVOLUÇÃO:

POI DE TRATAMENTO CIRÚRGICO D FRATURA SUBTROCANTERIANA DE FÊMUR DIREITO, SEM INTERCORRÊNCIAS.

CD: VPM + RAO-X DE CONTROLE + HEMOGRAMA

STAFF: DR LUIZ JUVÊNCIO

Seção: HTOP - ENF 10 Leito: 0001

Profissional responsável pela informação: LAIANA KAREN DANTAS BARRETO

Número Conselho: 8491

Laiana Karen Dantas Barreto
MÉDICA
CRM- 8491





João Pessoa, 14/01/19

Dr. Luis
Benevides
Albuquerque
CRM 13.9537

Observação:

- Hemorragia
- Rota de condução
- Curvas e feixes

Fechamento:

- Sutura por planos
- LMC com SFO 91.
- Revisão de hemostase
- Análise de escoria
- Curvas distais
- Pontes, um parafuso distal e dois
- Parafusos curtos proximais e três parafusos
- Fixação com placa DCS de 14 furos, em
- Redução da fratura sob auxílio de escoria

Condução:

- Fratura subcondensada de fêmur direito
- Achados:
- Curvas com hemostase
- Divulção e distal por planos
- Proximal e distal
- Via de acesso lateral de corte distal em região

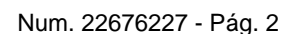
Incisão:

- Avaliação e anastomose
- Anestesia de campo cirúrgico
- Posição e Preparo:

RELATÓRIO DE CIRURGIA

HESTER





RELATÓRIO DE CIRURGIA



Nome: Daniela de Silva Viçosa BE/Prontuário: 1134685
 Idade: 25 Sexo: () Masculino (X) Feminino Cor: _____ Data: 14/01/19
 Clínica/Setor: Ortopedia EMP: _____ LR: _____
 Cirurgia: Tratamento cirúrgico de fratura subtrocanteriana do fêmur direito
 Cirurgião: Dr. Luiz Juvenio 1º Assistente: MR. Laiana
 2º Assistente: _____ 3º Assistente: _____
 Instrumentador: _____ Anestesista: _____
 Tipo de Anestesia: Raquienesdesiz Horário: Início _____ Término _____

Diagnóstico Pós-Operatório	CID
Fratura subtrocanteriana de fêmur direito	

Procedimentos Cirúrgicos	Código
Tratamento cirúrgico de fratura subtrocanteriana de fêmur direito	

Acidente durante Ato Cirúrgico: () Sim (X) Não. Descrição: _____

Biopsia de Congelação: () Sim (X) Não

Encaminhamento do Paciente Após Ato Cirúrgico: ---

(X) Enfermaria () Terapia Intensa () Residência () Óbito durante Ato Cirúrgico

Médico/CRM: _____

João Pessoa, 14/01/19

Dr. Luiz Juvenio
Ortopedia e Traumatologia
CRM - RJ 3637



SINISTRO 3190364331 - Resultado por beneficiário

VÍTIMA DANIELA DA SILVA DOS SANTOS

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PI

INDENIZAÇÃO Comprev Previdência S/A-Filia

BENEFICIÁRIO DANIELA DA SILVA DOS SANTOS

CPF/CNPJ: 10797454403



Posição em 14-06-2019 04:52:32

O pedido de indenização está em fase final de análise pela Seguradora Líder-DPVAT. Em breve, o pagamento da indenização será liberado.

Por gentileza, volte a consultar seu processo em 4 dias.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correções
17/06/2019	R\$ 2.362,50	R\$ 0,00





Poder Judiciário da Paraíba
14ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0838371-56.2019.8.15.2001

DECISÃO

Vistos, etc.

A parte autora relata que, em razão de um acidente de trânsito, sofreu uma fratura subtrocanterica do fêmur direito.

Relata haver se submetido a um procedimento cirúrgico no dia 14/01/2019, tendo alta hospitalar em 16/01/2019. Nada mais relata acerca de sua recuperação, tampouco sobre a ocorrência de sequelas irreversíveis. A promovente apenas informa que deu entrada no Seguro DPVAT administrativamente, pelo que recebeu o valor o de R\$ 2.362,50.

Argumenta que o valor recebido é menor do que está determinado na lei. Afirma estar insatisfeita com pagamento que recebeu e entende que, diante do que considera como gravidade de seu acidente e sua extensão, tem direito a requerer a diferença de R\$ 7.087,50.

É o relatório. Decido.

Insatisfação, inconformismo, gravidade de fraturas e ferimentos, nada disso compõe a causa de pedir nas cobranças do Seguro DPVAT. É preciso mais. Para se fazer jus ao pagamento do seguro, não é bastante haver sequelas do acidente. É indispensável que esta sequela se mostre definitiva, ou seja, faz-se necessário que, mesmo após o tratamento, o acidentado ainda experimente, como resultado do acidente, consequências funcionais ou anatômicas irreversivelmente limitantes.

Pelo exposto na inicial, considerando que houve pagamento de certo valor na via administrativa, é até possível presumir que alguma debilidade resultou permanentemente das lesões acidentárias. O fato, porém, é que o promovente não descreve tais resultados.

À luz do acima dito, a petição inicial carece de emenda, pois o autor não informa as lesões definitivas que sofreu, posto que apenas menciona as lesões instantâneas ocorridas no momento do acidente, ou seja, a tal fratura subtrocanterica do fêmur direito.



Neste sentido, cumpre diferenciar as sequelas permanentes das lesões instantâneas. Considera-se sequela permanente, para efeito do seguro DPVAT, a invalidez, a perda ou redução da funcionalidade de um membro ou órgão, como nos casos de encurtamento de membro, andar claudicante, perda da visão, dores crônicas incapacitantes. Essa perda ou redução é indenizada pelo Seguro DPVAT quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável. A invalidez é considerada permanentemente quando a funcionalidade do órgão ou membro é afetada integralmente ou em parte. As lesões instantâneas, por sua vez, seriam os ferimentos suportados no instante do acidente, como traumas, fraturas, contusões, escoriações, cortes, decepamentos, etc., que podem ou não resultar em sequelas permanentes.

À luz do acima dito, tem-se que a causa de pedir, nas ações do DPVAT, é dúplice: o acidente de trânsito e, como resultado, a invalidez permanente. A recusa da seguradora em pagar a indenização ou o seu pagamento a menor não é causa de pedir, e sim elemento configurador do interesse processual.

Ocorre que, repita-se, a inicial não descreve, nem minimamente, a invalidez que acometeu o promovente de modo irreversível. O demandante apenas se reporta à **fratura no fêmur**, sem, contudo, ao menos informar as limitações, deformações ou quaisquer outros sintomas que o fazem concluir pela invalidez permanente mais grave que a que foi constatada pela seguradora. Ou seja, o demandante não especifica a causa de pedir, que não se resume ao acidente automobilístico, nem à mera e genérica menção a lesões permanentes, desassociadas de uma descrição mínima, ao argumento de que deverão ser apuradas mediante perícia médica judicial.

Em que pese a ausência de contornos da lide, os artigos 322 e 324 do CPC/2015 impõem que o pedido deve ser certo e determinado, sendo admissível formular pedido genérico, apenas nos casos especificamente previstos no §1º do art. 324, dentre os quais, quando não for possível determinar, desde logo, as consequências do ato ou do fato, o que definitivamente não é o caso dos autos. A esse respeito, inclusive, cabe aqui esclarecer que **não se está a exigir que a parte promovente proceda à graduação de sua invalidez, mas apenas que a descreva as deformidades, limitações ou anomalias, decorrentes da lesão acidentária** (encurtamento de membro, dificuldade de locomoção, disfunções nas articulações, etc.).

Os resultados permanentes trazidos pelo acidente não podem ser mencionados genericamente, pois se fazem essenciais ao julgamento do mérito, para o caso de revelia. Isso porque a falta de contestação fará operar a presunção de veracidade da matéria fática, razão pela qual a invalidez, que constitui o fato principal do pedido indenizatório, deve vir previamente informada na inicial. Caso contrário, não haverá fato a ser presumido como verdadeiro, pois o julgador não poderá presumir fato não descrito na inicial. E presumir a fatura não implica em presumir a debilidade permanente, sequer descrita pelo promovente. Eis por que a ausência da especificação da sequela irreversível é defeito que pode, em alguns casos, como o da revelia, dificultar o julgamento de mérito.



Ressalte-se que, estando o pedido devidamente delineado com todos os seus fatos e inicial adequadamente instruída com a prova das lesões, e sendo o réu revel, não haverá necessidade de dilação probatória, e, portanto, não haverá perícia para aferir as lesões. Desse modo, não pode o promovente de abster de descrever os resultados permanentes do acidente, ao argumento de que a perícia o fará.

Ademais, é de capital importância registrar que a perícia não tem a função de definir ou complementar o pedido, mas apenas de comprovar ou desconstituir os fatos **previamente** relatados, nos quais se funda o direito alegado.

Sendo assim, ante as razões acima expostas, **intime-se** a parte autora para, em 15 dias, **sob pena de indeferimento da inicial por inépcia** especificar as sequelas permanentes (p. ex., dores crônicas, encurtamento de membros, dificuldade de locomoção, disfunções nas articulações, etc.), as quais lhe acometeram de modo definitivo e não foram, segundo sua compreensão, suficientemente indenizadas pelo seguro obrigatório.

João Pessoa, data da assinatura digital.

Alexandre Targino Gomes Falcão

Juiz de Direito





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
14ª Vara Cível da Capital

PROCESSO Nº 0838371-56.2019.8.15.2001

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
[ACIDENTE DE TRÂNSITO, ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: DANIELA DA SILVA VIEGAS
RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

INTIMAÇÃO

De ordem do MM. Juiz de Direito desta Vara, INTIMO o(s) advogado(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da decisão adiante transcrita e, no prazo legal, apresentar manifestação. João Pessoa, 23 de outubro de 2019.

Laura Lucena de Almeida Pessoa Pereira - Analista Judiciária

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0838371-56.2019.8.15.2001

DECISÃO

Vistos, etc.

A parte autora relata que, em razão de um acidente de trânsito, sofreu uma fratura subtrocanterica do fêmur direito.

Relata haver se submetido a um procedimento cirúrgico no dia 14/01/2019, tendo alta hospitalar em 16/01/2019. Nada mais relata acerca de sua recuperação, tampouco sobre a ocorrência de sequelas irreversíveis. A promovente apenas informa que deu entrada no Seguro DPVAT administrativamente, pelo que recebeu o valor o de R\$ 2.362,50.



Argumenta que o valor recebido é menor do que está determinado na lei. Afirma estar insatisfeita com pagamento que recebeu e entende que, diante do que considera como gravidade de seu acidente e sua extensão, tem direito a requerer a diferença de R\$ 7.087,50.

É o relatório. Decido.

Insatisfação, inconformismo, gravidade de fraturas e ferimentos, nada disso compõe a causa de pedir nas cobranças do Seguro DPVAT. É preciso mais. Para se fazer jus ao pagamento do seguro, não é bastante haver sequelas do acidente. É indispensável que esta sequela se mostre definitiva, ou seja, faz-se necessário que, mesmo após o tratamento, o acidentado ainda experimente, como resultado do acidente, consequências funcionais ou anatômicas irreversivelmente limitantes.

Pelo exposto na inicial, considerando que houve pagamento de certo valor na via administrativa, é até possível presumir que alguma debilidade resultou permanentemente das lesões acidentárias. O fato, porém, é que o promovente não descreve tais resultados.

À luz do acima dito, a petição inicial carece de emenda, pois o autor não informa as lesões definitivas que sofreu, posto que apenas menciona as lesões instantâneas ocorridas no momento do acidente, ou seja, a tal fratura subtrocanterica do fêmur direito.

Neste sentido, cumpre diferenciar as sequelas permanentes das lesões instantâneas. Considera-se sequela permanente, para efeito do seguro DPVAT, a invalidez, a perda ou redução da funcionalidade de um membro ou órgão, como nos casos de encurtamento de membro, andar claudicante, perda da visão, dores crônicas incapacitantes. Essa perda ou redução é indenizada pelo Seguro DPVAT quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável. A invalidez é considerada permanentemente quando a funcionalidade do órgão ou membro é afetada integralmente ou em parte. As lesões instantâneas, por sua vez, seriam os ferimentos suportados no instante do acidente, como traumas, fraturas, contusões, escoriações, cortes, decepamentos, etc., que podem ou não resultar em sequelas permanentes.

À luz do acima dito, tem-se que a causa de pedir, nas ações do DPVAT, é dúplice: o acidente de trânsito e, como resultado, a invalidez permanente. A recusa da seguradora em pagar a indenização ou o seu pagamento a menor não é causa de pedir, e sim elemento configurador do interesse processual.

Ocorre que, repita-se, a inicial não descreve, nem minimamente, a invalidez que acometeu o promovente de modo irreversível. O demandante apenas se reporta à **fratura no fêmur**, sem, contudo, ao menos informar as limitações, deformações ou quaisquer outros sintomas que o fazem concluir pela invalidez permanente mais grave que a que foi constatada pela seguradora. Ou seja, o demandante não especifica a causa de pedir, que não se resume ao acidente automobilístico, nem à mera e genérica menção a lesões permanentes, desassociadas de uma descrição mínima, ao argumento de que deverão ser apuradas mediante perícia médica judicial.

Em que pese a ausência de contornos da lide, os artigos 322 e 324 do CPC/2015 impõem que o pedido deve ser certo e determinado, sendo admissível formular pedido genérico, apenas nos casos



especificamente previstos no §1º do art. 324, dentre os quais, quando não for possível determinar, desde logo, as consequências do ato ou do fato, o que definitivamente não é o caso dos autos. A esse respeito, inclusive, cabe aqui esclarecer que **não se está a exigir que a parte promovente proceda à graduação de sua invalidez, mas apenas que a descreva as deformidades, limitações ou anomalias, decorrentes da lesão acidentária** (encurtamento de membro, dificuldade de locomoção, disfunções nas articulações, etc.).

Os resultados permanentes trazidos pelo acidente não podem ser mencionados genericamente, pois se fazem essenciais ao julgamento do mérito, para o caso de revelia. Isso porque a falta de contestação fará operar a presunção de veracidade da matéria fática, razão pela qual a invalidez, que constitui o fato principal do pedido indenizatório, deve vir previamente informada na inicial. Caso contrário, não haverá fato a ser presumido como verdadeiro, pois o julgador não poderá presumir fato não descrito na inicial. E presumir a fatura não implica em presumir a debilidade permanente, sequer descrita pelo promovente. Eis por que a ausência da especificação da sequela irreversível é defeito que pode, em alguns casos, como o da revelia, dificultar o julgamento de mérito.

Ressalte-se que, estando o pedido devidamente delineado com todos os seus fatos e inicial adequadamente instruída com a prova das lesões, e sendo o réu revel, não haverá necessidade de dilação probatória, e, portanto, não haverá perícia para aferir as lesões. Desse modo, não pode o promovente de abster de descrever os resultados permanentes do acidente, ao argumento de que a perícia o fará.

Ademais, é de capital importância registrar que a perícia não tem a função de definir ou complementar o pedido, mas apenas de comprovar ou desconstituir os fatos **previamente** relatados, nos quais se funda o direito alegado.

Sendo assim, ante as razões acima expostas, **intime-se** a parte autora para, em 15 dias, **sob pena de indeferimento da inicial por inépcia** especificar as sequelas permanentes (p. ex., dores crônicas, encurtamento de membros, dificuldade de locomoção, disfunções nas articulações, etc.), as quais lhe acometeram de modo definitivo e não foram, segundo sua compreensão, suficientemente indenizadas pelo seguro obrigatório.

João Pessoa, data da assinatura digital.

Alexandre Targino Gomes Falcão

Juiz de Direito



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 14ª VARA CÍVEL
DA COMARCA DE JOÃO PESSOA -PB**

PROCESSO nº 0838371.56.2019.8.15.2001

DANIELA DA SILVA VIEGAS, já devidamente qualificada nos autos, vem por meio de Seus Advogados e procuradores devidamente constituídos , em atenção ao último despacho proferido por este juízo, expor e requerer o que se segue:

A Promovente vem emendar a Petição inicial, esclarecendo que, no presente caso a discussão sobre o valor pago administrativamente, reside no fato de que a Promovida em sede Administrativa, considera apenas a lesão em sua localidade, **não considerando as repercussões as quais ela pode gerar a Promovente.** Acredita-se que no caso da autora, as lesões de fratura subtrocanterica do fêmur direito, com realização de cirurgia em 14 de Janeiro de 2019 ,não foi corretamente indenizada.

Assim, entende a Promovente que, a lesão repercute em todo o membro inferior direito, sendo o valor dado Administrativamente e pela seguradora de R\$ 2.362,50 (Dois trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), não faz jus a gravidade da lesão, vez que sua repercussão atinge todo o membro inferior direito. Nesse sentido a presente demanda se instala justamente, para que Expert designado pelo juízo possa julgar , não somente a existência da lesão, mas sim da **TOTALIDADE DA REPERCUSSÃO DO DANO CAUSADO**, pois ao se indenizar lesão sem considerar sua repercussão, todas as suas repercussões não cumpre o que a legislação civil prescreve, ou seja de indenizar, cobrir todo o dano por meio de pagamento do seguro.

Desta forma instalou-se a presente lide , no sentido de que Perito determinado por este juízo determine a exata repercussão do dano com seus desdobramento, vez que entende a Promovente, que o valor pago refere-se apenas a consideração do dano de forma superficial.

Lamentam estes Advogados por não poderem fornecer elementos precisos no horizonte técnico , pois como é publico não possui expertise em matéria médica, fato este que certamente será suprido pelo perito que for designado por este digno juízo. Desta maneira, esperando ter aclarados o



determinado despacho anterior, requer que que seja acatada a presente emenda a inicial, assim como determinado o prosseguimento do presente feito.

Termos em que pede e espera deferimento.

João Pessoa, 05 de novembro de 2019

**ALBERTO DE SÁ E BENEVIDES
BENEVIDES**

OAB 10.469 /PB

ANDRÉ DE SÁ E

OAB 20.644/PB







Poder Judiciário da Paraíba
14ª Vara Cível da Capital

0838371-56.2019.8.15.2001

DESPACHO

Vistos, etc.

As estatísticas apontam índice 0% de acordos celebrados nas audiências de mera tentativa de conciliação, realizadas nas ações do seguro DPVAT, nas quais as partes em, 100% das audiências, apenas transigem, após a realização de exame médico na pessoa do segurado, atestando e graduando a lesão ensejadora da indenização securitária. Aliás, em muitos casos, as partes recusam a transação, mesmo após a realização do exame pericial.

Destarte, a par do contexto acima traçado, o cumprimento do art. 334 do CPC/2015 mostra-se uma formalismo processual comprovadamente inútil. Além do mais, em razão do monumental volume de serviço e a ordem cronológica no cumprimento dos despachos judiciais, a escrivania desta vara ainda levaria meses para realizar o agendamento da referida audiência na pauta do CEJUSC, razão pela qual sua designação ocasionaria um prejuízo ainda mais grave para as partes e para a marcha processual.

Sendo assim, em obediência ao princípio da razoável duração do processo, tal como determina o art. 139, II, do CPC, máxime considerando que este processo foi distribuído há mais de oito meses e, até agora, não recebeu efetiva movimentação, e ainda tem-se em conta de que não há nulidade sem prejuízo, excepcionalmente DEIXO de designar a audiência prévia nestes autos, para ordenar, desde logo a citação da promovida.

CUMpra-se com GRATUIDADE.

JOÃO PESSOA - PB, 12/05/2020.

ALEXANDRE TARGINO GOMES FALCÃO

JUIZ DE DIREITO



Poder Judiciário da Paraíba
14ª Vara Cível da Capital
AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520
JOÃO PESSOA()

Nº do processo: 0838371-56.2019.8.15.2001

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto(s): [Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito]

MANDADO DE CITAÇÃO

O MM. Juiz de Direito da 14ª Vara Cível da Capital manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, cite a parte Nome:

M A P F R E

Endereço: AV PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA, 723, - até 1145 - lado ímpar, ESTADOS, JOÃO PESSOA - PB - CEP:
5 8 0 3 0 - 0 0 0

para querendo contestar a ação, no prazo de 15 dias. Advirta-a, outrossim, de que não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros, os fatos articulados pelo autor, constantes da inicial, cuja cópia segue em anexo.

JOÃO PESSOA, em 9 de julho de 2020.

De ordem, ROSA GERMANA SOUZA DOS SANTOS LIMA
Servidor

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK:

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:

XXXXXXXXXXXXXX



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

COMARCA DE JOÃO PESSOA

Juízo do(a) 14ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

Tel.: () ; e-mail:

Telefone do Telejudiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581

v.

EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO - ADVOGADO PROMOVENTE

Nº DO PROCESSO: 0838371-56.2019.8.15.2001

CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito]

AUTOR: DANIELA DA SILVA VIEGAS

REU: MAPFRE

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) Dr(a). ALEXANDRE TARGINO GOMES FALCAO, MM Juiz(a) de Direito deste 14ª Vara Cível da Capital, e em cumprimento a determinação constante dos autos, **fica(m) a(s) parte(s) AUTOR: DANIELA DA SILVA VIEGAS**, através de seu(s) advogado(s) abaixo indicado(s), **INTIMADA(s)** para tomar ciência do seguinte DESPACHO:

Vistos, etc.

As estatísticas apontam índice 0% de acordos celebrados nas audiências de mera tentativa de conciliação, realizadas nas ações do seguro DPVAT, nas quais as partes em, 100% das audiências, apenas transigem, após a realização de exame médico na pessoa do segurado, atestando e graduando a lesão ensejadora da indenização securitária. Aliás, em muitos casos, as partes recusam a transação, mesmo após a realização do exame pericial.

Destarte, a par do contexto acima traçado, o cumprimento do art. 334 do CPC/2015 mostra-se uma formalismo processual comprovadamente inútil. Além do mais, em razão do monumental volume de serviço e a ordem cronológica no cumprimento dos despachos judiciais, a escrivania desta vara ainda levaria meses para realizar o agendamento da referida audiência na pauta do CEJUSC, razão pela qual sua designação ocasionaria um prejuízo ainda mais grave para as partes e para a marcha processual.

Sendo assim, em obediência ao princípio da razoável duração do processo, tal como determina o art. 139, II, do CPC, máxime considerando que este processo foi distribuído há mais de oito meses e, até agora, não recebeu efetiva movimentação, e ainda tem-se em conta de que não há nulidade sem prejuízo, excepcionalmente DEIXO de designar a audiência prévia nestes autos, para ordenar, desde logo a citação da promovida.

CUMPRA-SE COM GRATUIDADE.

JOÃO PESSOA - PB, 12/05/2020.

ALEXANDRE TARGINO GOMES FALCÃO



JUIZ DE DIREITO

Advogados do(a) AUTOR: LUIS ANDRE DE SA E BENEVIDES ALBUQUERQUE - PB20644, JOSÉ ALBERTO DE SÁ E BENEVIDES ALBUQUERQUE - PB10469

Prazo: 15 dias

De ordem do(a) MM Juiz(a) de Direito, **ficam a(s) parte(s) e seu(s) advogado(s) ADVERTIDOS** que a presente intimação foi encaminhada, **via sistema**, exclusivamente ao(s) advogado(s) que se encontrava(m), no momento da expedição, devidamente cadastrado(s) e validado(s) no PJe/TJPB, conforme disposto na Lei Federal nº 11.419/2006.

Observação: A eventual ausência de credenciamento resulta na intimação automática apenas do(s) advogado(s) habilitado(s) que esteja(m) devidamente cadastrado(s) e validado(s) no sistema PJe do TJPB, uma vez que a prática de atos processuais em geral por meio eletrônico somente é admitida mediante uso de assinatura eletrônica, sendo, portanto, obrigatório o credenciamento prévio no Poder Judiciário, conforme arts. 2º, 5º e 9º da Lei 11.419/2006 c/c art. 7º da Resolução 185/2013/CNJ.

JOÃO PESSOA-PB, em 9 de julho de 2020

De ordem, ROSA GERMANA SOUZA DOS SANTOS LIMA
Técnico Judiciário

PARA VISUALIZAR O DESPACHO ACESSSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: XXXX



CERTIDÃO

Certifico que dei inteiro cumprimento ao presente mandado/ofício conforme ciente exarado, pelo(a) Funcionária Ednayara Luiza, que afirmou estar habilitado(a) a receber o documento. Segue mandado abaixo. Dou fé.

22/08/2020

Tribunal de Justiça da Paraíba

Successfully created

Poder Judiciário da Paraíba
14ª Vara Cível da Capital
AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520
JOÃO PESSOA ()

Nº do processo: 0838371-56.2019.8.15.2001
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto(s): [Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito]

MANDADO DE CITAÇÃO

O MM. Juiz de Direito da 14ª Vara Cível da Capital manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, cite a parte Nome: MAPFRE
Endereço: AV PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA, 723, - até 1145 - lado ímpar, ESTADOS, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58030-000 para querendo contestar a ação, no prazo de 15 dias. Adverte-se, outrossim, de que não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros, os fatos articulados pelo autor, constantes da inicial, cuja cópia segue em anexo.

JOÃO PESSOA, em 9 de julho de 2020.

De ordem, ROSA GERMANA SOUZA DOS SANTOS LIMA
Servidor

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK:
<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>
NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:
XXXXXXXXXXXXXX

Assinado eletronicamente por: ROSA GERMANA SOUZA DOS SANTOS
LIMA
09/07/2020 12:40:50
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>
ID do documento: 32191644



imprimir

20070912404982900000030848485

Mepre Vera Cruz Seguradora S/A.
CNPJ: 01.074.175/0002-01
Av. Pres. Epitácio Pessoa, 723
B. dos Estados - CEP: 58030-000
JOÃO PESSOA-PB

11/09/20
09:50

https://pje.tjpb.jus.br/pje/Painel/painel_usuario/documento/HTML_seam?conversationPropagation=none&idBin=30848485&idProcessoDoc=32191... 1/1

